



Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 01 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 35.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1977.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Sampaio e Ivan Rüppel.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Delegacia da Rede Ferroviária Federal S.A., nesta Capital, solicitando daquele órgão o reinício da linha prefixo p3 e p4 que faz o trajeto Curitiba-Paranaguá, pelos motivos que justifica.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido, encontra fundamento, pelos fatos que passamos a expor:

I Desde o dia 03 de janeiro do corrente ano, a referida linha deixou de atender aos moradores das localidades que se acham entre Curitiba/Paranaguá, entre elas, as mais prejudicadas como: Roça Nova, Banhador, Vêu da Noiva, Marumbi, Eng. Lange, Porto de Cima, Morretes, Saquarema, Alexandre e Porto D. Pedro;

II Ocorre que, atualmente, existe somente a linha de prefixo P1 e P2, que faz o trajeto acima, mas que vai a Paranaguá pela manhã e volta à tarde;

III Vale dizer, então, que os moradores das localidades mencionadas, cerca de uma centena de famílias, a maioria com filhos em idade escolar, não

podem utilizar deste meio de transporte, e não podemos conceber que uma criança para ir à escola, tenha que sair pela manhã e voltar somente à noite.

Isto, sem atentarmos para o fato, de uma eventual necessidade de assistência médica, e o deslocamento da pessoa até uma localidade com maiores recursos.

Por tais fatos, recorremos ao uso deste expediente, esperando a compreensão e certos de uma decisão mais humana e racional daquele órgão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja enviada uma solicitação ao Exmo. Sr. Francisco Borsari Neto, DD. Secretário de Educação, no sentido de estudar a possibilidade de o município de Céu Azul ser transferido para a jurisdição da 45a. Inspeção Regional de Ensino — Cascavel em substituição a que está atualmente subordinada, isto é, a 44a. TRE FOZ DO IGUAÇU:

CONSIDERANDO, preliminarmente, que Foz do Iguaçu dista 110 km da sede do supracitado município, enquanto que Cascavel dista apenas 54 km;

CONSIDERANDO que, face à continuidade e frequência de intercâmbio que a natureza do serviço reclama, ocorre considerável perda de tempo:

CONSIDERANDO que as despesas de transporte são bem mais elevadas, eis que, coincidentemente, o trajeto é o dobro:

CONSIDERANDO que, nos termos das recomendações dos altos escalões do Governo Federal, é imprescindível a contenção de despesas, sobretudo economia de combustível;

e CONSIDERANDO, finalmente, que a Administração do município de Céu Azul deseja participar com a sua parcela no atendimento ao que o Governo federal recomenda.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1977.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário da Educação e Cultura e ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Recursos Humanos rogando-lhes urgência nos estudos para que possam ser expedidos os atos necessários à plena execução do Estatuto do Magistério, dentro do prazo previsto pelo Art. 125, da Lei Complementar número 2, de 22.12.76, bem como sejam remetidas com brevidade as Tabelas de Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial do Estado, número 218, de 13 de janeiro de 1977, publicou a Lei Complementar número 2, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de Primeiro e Segundo graus.

O artigo 125 desse Estatuto, embora vetado parcialmente, determina:

“Art. 125 – O Poder Executivo expedirá, dentro de noventa dias, a contar da data da publicação desta lei, os atos complementares necessários à plena execução das disposições deste Estatuto vetado...”

Por outro lado, o Capítulo VIII, que trata do VENCIMENTO, manda aplicar os valores correspondentes aos níveis de vencimento das classes, distribuídos nos Quadros que acompanham a lei.

Assim mesmo, de nada adiantará ter sido sancionado parcialmente o Projeto do Estatuto, se a publicação não estiver acompanhada dos atos necessários à sua execução.

Nesta oportunidade, considerando que os vetos opostos ao projeto já foram confirmados pela maioria dos membros desta Casa, não havendo, portanto, necessidade de uma segunda publicação de dispositivos a serem acrescentados, está fluindo, conforme argumentaram com veemência vários representantes da ARENA, o prazo para sua complementação, a qual deverá estar concluída, por força legal, até o próximo dia 13.

Reatariam, portanto, somente 12 (doze) dias para que sejam publicados tais atos, conforme consta do Estatuto do Magistério.

Entretanto, de nada adiantará a regulamentação da complementação da Lei, se continuar a inexistir a Tabela de Vencimentos que deixou de acompanhar a mensagem original, cujos efeitos deverão vigor a partir do dia 13 de janeiro ou, na pior das hipóteses, desde o dia 13 do corrente mês de abril, ainda que a sanção e publicação da lei que os fixaram tenha data posterior.

Não se pode entender que, faltando apenas 12 dias para o término do prazo legal, a Mensagem Governamental fixando os vencimentos dos professores ainda não se encontre tramitando nesta Casa, dado o pré-estabelecimento de sua vigência.

Exigir-se mais este sacrifício por parte dos mestres que se dedicam à educação de nossos filhos, não nos parece justo.

Considerando, finalmente, que a tramitação do projeto de lei nos termos ora reivindicados demoraria aproximadamente três semanas até sua publicação, a solicitação de urgência para a mais breve solução deste caso, que abrange toda a classe do Magistério Público, deve ser acatada pelo Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) – Está finda a leitura do expediente.

–No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Como parte das comemorações do aniversário de Curitiba, foi inaugurada em Santa Felicidade a primeira Escola Polivalente desta Capital, em cerimônia prestigiada pelo Ministro Ney Braga.

Atualmente, foram ou estão sendo construídas cinco dessas unidades escolares especiais, em nosso Estado, com recursos conjuntos do Ministério da Educação e Governo do Paraná e Administração Municipal.

A importância do ato é ditada pelo estágio a que o Brasil chegou: um vasto contingente de mão de obra disponível, mas uma forte escassez de pessoal qualificado para as necessidades da produção.

Reconheceu o Governo – e grande mérito cabe ao nosso Ministro Ney Braga – que é preciso educar o jovem numa habilidade profissional, para que ele aprenda a desempenhar tarefas que o progresso cria.

A primeira Escola Polivalente de Curitiba, por exemplo, tem capacidade para mil e quinhentos alunos, podendo responder às necessidades do mercado de trabalho. Os jovens que passarem por ela estão seguros de sua realização como seres humanos, integrados numa comunidade, gozando de uma posição conseguida pelo seu próprio esforço.

Este é o tipo de desenvolvimento que desejamos: volta-do para o homem, buscando superar os problemas da pobreza, da falta de habilitação.

Nossas homenagens ao Governador Jayme Canet; ao Prefeito Sauz Raiz, ao Secretário Borsari Netto e nossos agradecimentos ao Ministro Ney Braga por terem dado a Curitiba esta grande escola profissionalizante, pela qual lutamos durante 2 anos ao lado da comunidade de Santa Felicidade. Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) – Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos recebido uma série de denúncias dando conta de que preços violentadores estão sendo cobrados nas nossas 3 Universidades, ou seja, de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, com relação aos custos daquelas instituições, na ministração das aulas. E, além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação, exatamente, à Universidade Estadual de Maringá, é que nós ficamos mais sobressaltados e preocupados, quando ao lermos a edição da “FOLHA DE LONDRINA”, do dia 17 do mês passado, declarações do Magnífico Reitor da Universidade Maringaense, Dr. Rodolfo Purpur, se pronunciando contrário à federalização do ensino superior.

Naquela oportunidade, o Sr. Purpur, declarou à “FOLHA DE LONDRINA” mais ou menos o seguinte: “Uma das maiores injustiças sociais deste País, é o ensino superior federalizado”. E, disse mais: “Se à primeira vista a gratuidade do ensino federalizado pode parecer um ato de extrema justiça, constitui-se, na verdade, em profunda injustiça”. São palavras do Magnífico Reitor da Universidade, Dr. Rodolfo Purpur.

E nessas denúncias que têm chegado a nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dando conta de que os nossos acadêmicos estão sendo violentados com preços injustos e até imorais, a informação quase que específica que isto está ocorrendo mais propriamente na Universidade Estadual de Maringá. E no intuito de ajustar posicionamento para pronunciamentos futuros, nós necessitamos de algumas informações. Hoje pretendemos propôr à consideração do Plenário, este pedido: (LÊ): “Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Autoridade competente, solicitando que as Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa prestem a esta Casa as seguintes informações:

- a: Quais os preços que atualmente são cobrados por aquelas Instituições na ministração das aulas. Esclarecer também os valores da tabela usada no ano de 1976.
- b: Explicar a forma como os preços são estabelecidos e cobrados.
- c: Esclarecer as cifras totais da participação financeira dos Governos Federal e Estadual no orçamento de 1976, bem como, determinar a previsão dessa participação no corrente exercício.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido denúncias de que preços violentadores estão sendo cobrados em nossas três Universidades interiores, principalmente na Universidade Estadual de Maringá. Critérios injustos e até imorais, foram estabelecidos para tal setor. A nossa preocupação cresceu quando a “FOLHA DE LONDRINA”, em sua edição do dia 17 do mês de março próximo passado, estampou declarações do Magnífico Reitor da Universidade Maringaense, afirmando ser contrário à Federalização do Ensino. Foram essas as suas palavras:

“Uma das maiores injustiças sociais deste País é o ensino superior federalizado. Se à primeira vista a gratuidade do ensino federalizado pode parecer um ato de extrema justiça, constitui-se na verdade em profunda injustiça”. No intuito de ajustar posicionamento para pronunciamentos futuros, necessitamos destas e de outras informações que oportunamente solicitaremos”.

Provavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos necessitar de outras informações que oportunamente solicitaremos. Espero contar com a compreensão dos companheiros desta Casa, para que possamos receber estas informações e proceder nos cálculos e estudos, para realmente observar se as três Instituições, ou algumas delas estão realmente violentando os nossos universitários.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inspirado nas palavras bíblicas do Salmo 143, verso 5, “lembro-me dos dias antigos, medito em todos os teus feitos, considero as obras das tuas mãos”, o Reverendo Xavier Assunção, membro ilustre da Academia Evangélica de Letras do Brasil, e da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, trouxe a lume, a oportuna obra “Pequena História dos Batistas no Paraná”.

Nas duzentas e setenta e oito páginas, o renomado escritor paranaense, após destacar fatos históricos da participação dos primeiros integrantes do protestantismo no Brasil, lembra alguns acontecimentos marcantes da vida da exemplar comunidade evangélica batista em nossa Pátria, e, especialmente em nosso Estado.

Honra-me muito, ser o portador de um exemplar do inédito trabalho à Casa com a seguinte dedicatória:

“Aos ilustres membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com as homenagens do autor.

Curitiba, 29 de março de 1977.

Ass. Xavier Assunção”

Assim, Sr. Presidente, passo o livro às suas mãos, na certeza de que a sua leitura será de inestimável utilidade aos Srs. Deputados e funcionários deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 130/76, que declara de utilidade pública a “Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — AERP, com sede na cidade em que residir o Presidente e foro na Capital do Estado. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 130/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — AERP”, com sede na cidade em que residir o Presidente e foro na Capital do Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 132/76, que declara de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a “Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas — SBOFA”, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 132/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 135/76, que declara de utilidade pública a COLSAN — Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 135/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a COLSAN — Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 137/76, que declara de utilidade pública ao “Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí — CENTOS”, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 137/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o “Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí — CENTOS”, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de estudar a possibilidade de o município de Céu Azul ser transferido para a jurisdição da 45ª Inspeção Regional de Ensino. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Cultura e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo urgência nos estudos para que possam ser expedidos os atos necessários à plena execução do Estatuto do Magistério, dentro do prazo previsto, bem como, sejam remetidas com brevidade as Tabelas de Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Delegacia da Rede Ferroviária Federal S/A., nesta Capital, encarecendo seja determinado o reinício da linha prefixo P3 e P4, que faz o trajeto Curitiba-Paranaguá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à autoridade competente, no sentido de que as Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa prestem a esta Casa informações, referente aos preços que estão sendo cobrados na ministração de aulas. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão naterior, com sua discussão adiada, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de cinco Srs. Deputados, para apurar denúncias de violência policial, no município de Palmital. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra

para encaminhar a votação ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pedido formulado ontem, pelo eminente Deputado Trajano Bastos, que teve acaloradas discussões; entendi a intenção do eminente Deputado Jurandir Messias que ora preside esta sessão, que poderia ter outra maneira para solucionar o caso, evitando assim que outros casos, se transformem em comissões especiais, a municípios, evitando o deslocamento de Deputados até os municípios, para averiguar fatos. Comissões como essas, poderiam ter outro caminho, mas não há assim, de minha parte, qualquer objeção ou qualquer impedimento que seja constituída. Mas quero fazer um apelo que nós evitemos de constituir comissões parlamentares.

Nesse caso, já que insiste o eminente Deputado Trajano Bastos, votaremos favorável, porque sei que esta é a intenção do eminente Deputado Jurandir Messias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 4, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 139/76.

Levanta-se a sessão.